

ANEXOS

INSTRUMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO DOS ARQUIVOS PORTUGUESES

A informação que dá corpo a este conjunto de Anexos foi recolhida e tratada com o objectivo de constituir uma amostra significativa para servir de base à análise teórica que é apresentada no texto desta dissertação.

Entre as diversas hipóteses que poderíamos escolher para reunir um conjunto de instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses¹, com vista a uma posterior análise, optámos por seleccionar os **instrumentos publicados, de qualquer data e relativos a quaisquer tipos de arquivos**, tendo como limite cronológico mais recente o ano de **1996** (inclusive). Esta decisão teve a ver com o facto de considerarmos que os instrumentos publicados, embora constituam apenas uma parcela (impossível de estimar em termos percentuais, por desconhecimento do universo) de todos os que têm sido produzidos, representam suficientemente a variedade tipológica dos arquivos e dos instrumentos em si mesmos e ilustram bem as tendências epocais e a evolução da própria Arquivística, em termos técnicos e científicos, servindo pois adequadamente aos objectivos do nosso trabalho.

Outra possibilidade como, por exemplo, a recolha de instrumentos manuscritos (em fichas, sob a forma de livro ou em suportes diferentes do tradicional papel), feita directamente nas entidades detentoras de arquivos, poderia ter sido considerada, mas a sua impraticabilidade do ponto de vista material levou-nos a desistir do projecto, embora ainda tivéssemos ensaiado a sua execução. Um outro tipo de amostra, balizada por exemplo entre limites cronológicos arbitrariamente definidos e considerando instrumentos publicados e não publicados, também poderia ser uma hipótese de trabalho, mas não nos pareceu representativa pelo facto de não permitir uma análise diacrónica suficientemente ampla.

¹ Não incluímos arquivos das ex-colónias, de Macau e das actuais regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Definido pois o âmbito da recolha a efectuar, procedemos a um levantamento dos dados, tendo como objectivo uma identificação exaustiva dos instrumentos publicados², relativos aos arquivos portugueses. É óbvio que a certeza de atingir plenamente tal objectivo não pode ser afirmada, pois não se conhece a totalidade dos instrumentos existentes e as fontes de referência para efectuar uma recolha deste tipo são muito deficientes. A qualquer momento, inserto numa publicação periódica, fazendo parte de uma obra colectiva em que seria inesperado encontrar algo sobre arquivos, ou mesmo constituindo um trabalho de carácter monográfico que, por motivos inexplicáveis não deu entrada nas bibliotecas beneficiárias do depósito legal, poderemos deparar com mais algum instrumento de acesso à informação, que representa uma falha na nossa lista bibliográfica. Tais contingências são, naturalmente, incontornáveis!

Após uma recolha minuciosa em bibliotecas, ditada em grande parte pela literatura sobre os arquivos portugueses que íamos reunindo, onde a par e passo fomos encontrando referências bibliográficas dispersas em notas de rodapé ou mesmo no corpo das obras, enviámos um pedido de informação aos arquivos especializados dependentes da administração pública (central e local)³, solicitando o envio dos dados de identificação dos instrumentos de acesso à informação relativos ao respectivo acervo documental. Dos 133 arquivos interpelados, recebemos respostas de 93, o que corresponde a uma percentagem de 69,9%. Estas respostas contribuíram com um acréscimo de 23 instrumentos à nossa própria recolha, traduzindo-se tal acréscimo, na sua maioria, em publicações muito recentes que ainda não haviam dado entrada nas bibliotecas ao abrigo da lei do depósito legal.

² Convém referir que alguns dos instrumentos referenciados não foram sujeitos a um processo tipográfico de impressão, sob a responsabilidade de um editor, mas foram produzidos por processo de policópia, a cargo da entidade detentora dos arquivos. Porém, como se trata de instrumentos que têm uma divulgação pública, estando mesmo sujeitos a um preço de venda e a uma difusão idêntica à de qualquer publicação, considerámo-los na nossa recolha, apesar do processo artesanal de produção que os caracteriza.

³ Como não há qualquer obra de referência que permita saber quais os arquivos que existem em Portugal, utilizámos para identificação dos mesmos o trabalho que elaborámos para as “Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica”, realizadas em 1993 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do qual efectuámos um inquérito aos arquivos da administração pública (ver: RIBEIRO, Fernanda - *Indexação e controlo de autoridade em arquivos (op. cit.)*).

Dos 40 arquivos que não responderam ao nosso pedido, 25 foram de Câmaras Municipais que não têm o arquivo aberto ao público, sendo natural que não possuam qualquer publicação relativa ao mesmo. Os restantes poderão, eventualmente, ter prescindido de responder pelo facto de não terem qualquer informação útil a dar.

A partir da recolha efectuada elaborámos uma lista bibliográfica com 520 referências (Anexo 1), ordenada alfabeticamente e numerada para posteriores remissões nos quadros analíticos que a seguir são apresentados.

Os instrumentos de acesso reunidos foram objecto de uma análise pormenorizada, que permitiu a elaboração de vários quadros com a sistematização dos dados. Tal análise teve por objectivo primeiro fundamentar e complementar a abordagem que fazemos do acesso à informação no corpo da dissertação. Mas não podemos negar que uma outra finalidade - reunir e disponibilizar de forma sistemática uma vasta informação que se encontra dispersa e, muitas vezes, inacessível por desconhecimento - esteve desde o início presente, uma vez que o volume de informação recolhido e a sua indiscutível utilidade nos fez sentir o dever de o tornar acessível aos utilizadores dos arquivos. Com tal sistematização fornecemos, pois, uma “cartografia” dos arquivos portugueses e uma caracterização dos instrumentos disponíveis para aceder à informação neles contida.

A análise efectuada permitiu a elaboração de 16 quadros cujas especificidades são explicadas em breves notas, que precedem a sua apresentação. Contudo, há questões de origem geral que queremos deixar aqui expressas, uma vez que constituíram constrangimentos importantes à sistematização que empreendemos.

Antes de mais, importa referir que a própria concepção dos instrumentos analisados impediu, em variados casos, uma identificação rigorosa dos arquivos neles contemplados. O facto de, muitas vezes, não ser dado o contexto de produção dos documentos que constituem o objecto do instrumento de acesso impediu-nos de incluir muitos arquivos nos quadros respectivos. Assim, 28 instrumentos não foram considerados na sistematização apresentada nos Quadros

2 a 14, pois não foi possível identificar os arquivos neles representados e outros 42 apenas foram objecto de uma análise parcial, pois também não permitiram uma identificação de todos os arquivos neles referenciados. Assim, temos uma percentagem de 13,3% de instrumentos que não foram, no todo ou em parte, incluídos na nossa análise.

Por outro lado, a falta de precisão na identificação dos nomes dos arquivos, verificada em inúmeros instrumentos, causou problemas graves na sua correcta identificação. Não só detectámos a existência de variantes de nomes para um mesmo arquivo, como de arquivos insuficientemente, ou mesmo incorrectamente, designados, como também encontramos imprecisões e erros em variados casos. A falta de localização geográfica de muitos arquivos impediu-nos de os identificar correctamente, pois não foi possível saber se se tratava de um mesmo arquivo ou de arquivos diferentes com a mesma designação mas situados em locais distintos. Este problema sentimo-lo com particular acuidade nos arquivos eclesiásticos, nomeadamente os de conventos e mosteiros, colegiadas, paróquias e igrejas, e em arquivos de instituições de assistência, designadamente os de confrarias e irmandades.

A correcta identificação dos arquivos referenciados nos instrumentos de acesso analisados, em muitos casos só poderá ser feita com rigor após uma pesquisa nos próprios arquivos, pois o recurso a obras de referência (dicionários corográficos, enciclopédias, obras gerais ou especializadas em determinadas matérias) nem sempre resolve os problemas. Temos consciência de que uma parte considerável dos arquivos insuficientemente identificados não poderia ser alvo de uma solução satisfatória, mesmo com uma investigação aturada. Só a verificação directa nos próprios arquivos responderá com êxito às dúvidas que surgiram.

Face às dificuldades encontradas, a decisão que tomámos foi a de proceder a uma identificação o mais rigorosa possível - nomeadamente através da localização geográfica - sempre que dispunhamos de obras de referência para o efeito, mantendo, nos casos duvidosos, as designações encontradas nos próprios instrumentos de acesso. Sempre que as variantes dos nomes o justificavam,

incluímos remissivas para a forma única adoptada como entrada autorizada para cada arquivo.

Os nomes dos arquivos que se encontram nos diferentes quadros constituem o embrião de uma lista de autoridade dos arquivos portugueses (a qual tem necessariamente de ser revista e melhorada para uma identificação correcta de todos os arquivos), que poderá ser desenvolvida de acordo com os princípios consignados na norma internacional ISAAR(CPF)⁴, vindo a constituir um precioso elemento de trabalho para os arquivistas do nosso país. A parte mais laboriosa está feita, resta o aperfeiçoamento técnico e normativo indispensável, que não pode ser feito no âmbito desta dissertação, pois implica contactos directos com os arquivos e uma pesquisa muito morosa, que ultrapassa os objectivos que nos propusemos e os meios de que dispomos.

A partir dos instrumentos de acesso que conseguimos reunir, foram elaborados os seguintes anexos:

- o Anexo 1, constituído pela lista bibliográfica referenciando os instrumentos recenseados;

- o Anexo 2, constituído pelo Quadro 1, que permite uma identificação das diferentes entidades que detêm arquivos na sua posse ou tutela, referenciando e caracterizando os instrumentos de acesso à informação onde tais entidades são mencionadas;

- o Anexo 3, constituído pelos Quadros 2 a 14, que respeitam aos diferentes tipos de arquivos identificados a partir dos instrumentos de acesso à informação analisados, situando-os nas respectivas entidades detentoras e caracterizando os instrumentos a eles relativos;

- o Anexo 4, constituído pelos Quadros 15 e 16, que se referem, respectivamente, a instrumentos de acesso que foram elaborados em função de uma determinada temática, não tendo em conta os arquivos a que a informação analisada diz respeito, e a instrumentos de acesso relativos a determinados tipos de documentos, que também não procuram identificar os arquivos em que tais documentos se inserem.

⁴ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards - ISAAR(CPF)... (op. cit.).

Cada Anexo vai precedido de uma nota explicativa dos critérios seguidos na sua elaboração.

